

Cenários do crime: imprensa e a geografia da criminalidade no Rio de Janeiro (1900-1920)

ANA VASCONCELOS OTTONI *

“Na cidade e nos subúrbios: os ladrões continuam a operar desassombradamente”. “Os ladrões no cais do porto”. “Roubos e furtos por atacado: a cidade transformada em campo de assaltos”. “Os ladrões: roubo na Avenida Rio Branco” (*Gazeta de Notícias*, 23/02/1915, p.2; *Gazeta de Notícias*, 10/02/1918, p.5; *Jornal do Brasil*, 9/03/1920,p.10; *Correio da Manhã*, 20/06/1913,p.3). Títulos e subtítulos como esses de notícias acerca dos crimes e criminosos nas mais variadas áreas do Rio de Janeiro eram estampados com frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* no início do século XX. Nestas notícias, o Rio de Janeiro era retratado como lugar onde se cometiam crimes não só na “calada da noite” e em lugares ermos e nos subúrbios, mas também nas ruas mais movimentadas da área central da cidade, em plena luz do dia (*Correio da Manhã*,3/11/1919,p.3). Segundo uma reportagem: “Os ladrões infestam a cidade e os subúrbios – é este o estribilho que vem sendo martelado todos os dias pela imprensa, acompanhando o farto noticiário de arrombamentos e assaltos que ocorrem aqui e ali (...)” (*Correio da Manhã*, 26/07/1919, 3).

O presente estudo procura analisar as representações sobre a geografia da criminalidade nas diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro, entre 1900-1920, produzidas pela imprensa.¹ No centro da atenção estão as notícias de crimes² divulgadas pelos três maiores

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/ UFRJ). Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O presente artigo é resultado de uma das análises que desenvolvi na minha tese de doutorado intitulada ““O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)” (OTTONI, 2012). A pesquisa contou com o financiamento da CAPES.

¹ Ao analisarmos as representações sobre a geografia do crime, nos baseamos nas reflexões teóricas do historiador Roger Chartier (1990) acerca do conceito de representação. Para o autor, a História cultural tem por objeto principal identificar como “uma determinada realidade social é construída, pensada” e apresentada enquanto tal. Chartier assinala que as representações sociais são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as criam. No caso do grupo dos repórteres policiais, estes construíram as representações da geografia da criminalidade de acordo possivelmente com suas convicções, posições políticas e diversos interesses em jogo, como veremos no decorrer do artigo.

² As notícias de crimes serão aqui chamadas também de notícias/reportagens policiais, reportagens criminais, reportagens de crimes e matérias policiais. No período em foco, a expressão mais comum era noticiário policial.

2

jornais cariocas da época – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*.³ Seleccionamos como corpus documental do estudo tais impressos, pois eram os principais jornais da cidade que tinham um extraordinário poder de difusão.⁴

As referidas folhas davam amplo espaço em suas páginas às reportagens de crimes da época, chegando por vezes a publicá-las na primeira página, com títulos muitas vezes redigidos em letras grandes e em negrito para chamar atenção de seus leitores⁵. A ampla publicação dessas matérias se deu numa época de expansão da imprensa, durante a qual os jornais procuravam conquistar um público mais vasto.⁶ Segundo os próprios jornais do período, os acontecimentos policiais tinham cada vez mais a preferência do público (BARBOSA, 2007). Afinal, parecia (e parece) haver uma curiosidade do público em querer saber como e por que os indivíduos que possuíam normas de convivência social chegavam a ponto de romper essas normas através dos crimes que cometiam.

O interesse do público pelas notícias de crimes fazia aumentar a importância do trabalho dos repórteres policiais (BARBOSA 2007: 38), chamados na época também de “cronistas”, “repórteres”, “jornalistas” ou ainda “noticiaristas” (“policiais”/ “de polícia”)⁷. A palavra “repórter” tem origem inglesa, “to report”: informação (DIDIER, 2005: 71). Cabia (e cabe) aos repórteres conseguir a matéria-prima para o jornal (DIDIER, 2005: 71) ou “dar notícias”, como dizia o escritor Olavo Bilac (*Gazetas de Notícias*, 28/10/1906, p. 5).

Vale notar que os repórteres do período- que eram em sua maioria jovens e estudantes das faculdades de Direito (BARBOSA, 2010)⁸- não assinavam as reportagens policiais, o que nos impossibilitou de fazer uma análise sobre a autoria. A partir dos anos de 1900, esses

³ Como documentação auxiliar as reportagens criminais, o estudo utilizará crônicas e memórias de jornalistas publicadas em livros.

⁴ Tais folhas tiravam -juntamente com o *Paiz e Jornal do Commercio*- 150 mil exemplares em uma cidade de pouco mais de 600 mil habitantes (BARBOSA, 2007).

⁵ Vale notar que não analisaremos aqui as características específicas de cada um desses jornais, uma vez que visamos trabalhá-los de forma conjunta.

⁶ Desde a década de 1880, a imprensa passava por muitas mudanças. A circulação da notícia, já acelerada pelo cabo submarino, pelo telégrafo e pelo telefone, atualizou-se com a radiotelegrafia e com o aperfeiçoamento das agências noticiosas internacionais. A eletrificação dos parques gráficos permitiu a adoção da rotativa e de muitas outras conquistas técnicas, como a melhoria da impressão em cores e a utilização profusa de imagens; a presença de veículos motorizados melhorava a distribuição dos jornais e a propaganda também ajudava a cobrir novas despesas. Ainda antes dos anos de 1930 começaram a surgir os primeiros conglomerados de mídia, entre eles os *Diários Associados* e *A Noite*, com linhas de publicações variadas. Da competição entre os jornais, apareceram as colunas especializadas (BARROS; COUTINHO, 2006: 14; BARBOSA, 2010: 121-122).

⁷ Os repórteres policiais também serão chamados aqui de repórteres, repórteres de polícia, jornalistas, profissionais da imprensa, jornalistas policiais, repórteres de crimes e noticiaristas.

⁸ Sobre o perfil dos jornalistas do período, ver: (BARBOSA, 2010).

3

profissionais da imprensa passaram, com a inauguração da prática da moderna reportagem, a se deslocar do prédio da redação para as ruas em busca dos acontecimentos e dos personagens criminais (VELLOSO, 2004: 22). Muitas vezes, eram eles próprios que redigiam suas reportagens, haja vista que na época era cada vez mais crescente o número de repórteres-redatores (DIDIER, 2005).

Esses profissionais transitavam nos mais diversos lugares da cidade do Rio de Janeiro e nos considerados “espaços perigosos” da urbe. Certamente para os jornalistas, a cidade - entendida aqui como o símbolo capaz de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas, como expõe Ítalo Calvino (1990: 85) – constituía uma fonte permanente de informações, uma vez que eram nos mais variados espaços urbanos que os repórteres conversavam com diversos tipos de pessoas e experimentavam pessoalmente diversas dimensões da vida urbana (VELLOSO, 2004: 13).

Nas páginas escritas por esses jornalistas, o Rio de Janeiro era retratado como uma cidade moderna, o principal centro produtor e consumidor de cultura e a principal sede industrial, comercial e bancária do país (MOURA, 1983: 30) . Neste momento, a cidade moderna ganhava um duplo sentido da palavra: nos hábitos e costumes que caracterizavam a “modernidade”, assim como nos esforços e investimentos públicos para se “modernizar” o traçado urbano (GRUNER, 2003: 79). Segundo Lená Menezes (1996), durante 1890-1930, a paisagem do Rio de Janeiro se transformava completamente com as aberturas de avenidas, o alargamento de ruas, entre outras mudanças; mudanças estas que foram implementadas sobretudo pelas reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos (1903-1906).

O Centro – ancestralmente, como diz Roberto Moura (1983), formado em torno da Praça Quinze com limites na Praça Mauá e na atual Praça da República – era, a partir da reforma de Passos, entregue às grandes companhias, aos bancos, jornais, hotéis, cafés de luxo e repartições públicas; e a Zona Sul, que avançava do tradicional bairro de Botafogo para Copacabana e Ipanema. Era nesses espaços que se construía as novas casas da elite, com sua infraestrutura de serviços e abastecimento, e que definitivamente se modernizavam de acordo com os padrões de grande cidade ocidental moderna (MOURA, 1983:69).

O historiador André Nunes de Azevedo (2003), ao criticar a historiografia da década de 80 sobre os projetos de reforma urbana de Pereira Passos, que segundo ele teriam sido

4

tratados aí como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, observa que:

A reforma Passos buscou articular diversas regiões da cidade com o centro urbano do Rio de Janeiro, algo fundamental em seu projeto de integração conservadora, no qual o centro urbano da cidade aparecia como centro modelar da civilização, lugar da sua exemplaridade para os habitantes das demais regiões da urbe (AZEVEDO, 2003: 69).

Segundo Azevedo (2003), Passos teria estabelecido avenidas ligando a zona sul ao centro, bem como esta aos subúrbios, regiões que receberam diversas obras de melhoramento e implementação viária, o que proporcionou uma interligação orgânica entre os diversos bairros e regiões do subúrbio carioca (AZEVEDO, 2003: 69).

Mas como afinal o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* viram de uma maneira geral esse processo de remodelação urbana implementada pelo prefeito Passos? Tais folhas pareciam adotar posturas oscilantes com relação à reforma urbana, como talvez uma estratégia para atender aos anseios e às demandas de diferentes grupos sociais, tendo em vista que os referidos impressos eram os principais jornais “populares” da cidade que buscavam produzir suas mensagens para um maior número de pessoas dos mais diferentes grupos.⁹ Vemos que, no que se referia à reforma urbana de Passos, ora publicaram textos que a apoiavam – considerando-a como uma reforma que visava “sanear e aformosear” o Rio¹⁰ – ora veicularam textos que apontavam as consequências deletérias desse processo de remodelação urbanística para a população pobre¹¹.

Em relação a esta segunda postura da imprensa, veiculava-se a imagem de um Rio de Janeiro com fortes contrastes sociais. De um lado, aparecia aí uma cidade embelezada e

⁹ O termo popular não é utilizado aqui com o sentido de “povo simples” ou os “pobres” ou os “dominados”. Sobre essa mesma denominação de popular, ver o trabalho de Ana Porto (2003) acerca das notícias de crimes na *Folha de São Paulo* de finais do século XIX e começo do XX.

¹⁰ Sobre essa postura da imprensa, ver os trabalhos de Rômulo Mattos (2008; 2010) sobre as favelas no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Nesses estudos, o autor defende a hipótese de que durante a reforma Passos os trabalhadores cariocas – em especial os favelados – foram alvo de uma campanha sistemática de estigmatização de seus padrões comportamentais na grande imprensa, o que teria contribuído para a legitimação das demolições das habitações populares implementadas no período.

¹¹ Em relação a esta postura da imprensa, os jornais faziam veementes críticas aos altos preços dos aluguéis dos casebres do centro, à destruição de “barracos”, à expulsão dos populares pobres do centro e à falta de infraestrutura nos morros e subúrbios cariocas. Sobre tais publicações, ver: *Jornal do Brasil*, 8/06/1905, p.1; *Correio da Manhã*, 29/07/1907, p. 4.

5

ajardinada pela reforma Passos; de outro, um Rio de Janeiro pobre e miserável, abandonado pelo poder público. “Perpetuamente relegados ao abandono mais injusto, os subúrbios formam impressionante contraste com os outros pontos do Distrito Federal” (*Correio da Manhã*, 29/07/1907, p. 4).

Embora nas reportagens policiais também aparecessem tais contrastes sociais na cidade, para os jornalistas dessas publicações isso não significava que as ocorrências de crimes ficassem restritas às zonas pobres e negras da urbe. Alegavam que a criminalidade abrangia desde tais zonas aos bairros mais nobres e zonas comerciais do Rio de Janeiro. Não é à toa que os jornalistas chamavam repetidamente as mais variadas áreas da cidade de “o paraíso dos ladrões”. Segundo uma matéria: “O centro da cidade, desde a zona comercial a elegante, desde o Cais do Porto a Tijuca e a Gávea é um foco! O legítimo pandemônio da ladroagem” (*Gazeta de Notícias*, 5/07/1919, p.3).

Assim, nessas reportagens tentava-se demonstrar uma geografia mais estendida da criminalidade.¹² Por tal perspectiva, a dita “cidade segmentada” se transformaria em um único território: o território dos criminosos.

Embora os repórteres de polícia salientassem que todo o território do Rio estava sendo infestado por crime e criminosos, construía representações distintas das diferentes áreas da cidade no que tangia à questão criminal. Enquanto as áreas desérticas da cidade, os subúrbios e determinados bairros da periferia do centro eram vistos como áreas tradicionais do crime, as regiões centrais e os bairros nobres, localizados na região sul (Copacabana, Botafogo, Laranjeiras) e na Tijuca (região norte), eram retratados como áreas que naquele início do século XX passavam crescentemente a ser invadidas pela criminalidade.

Em relação às áreas mais centrais (Avenida Central, Largo de São Francisco, Largo da Carioca) do Rio de Janeiro, os jornalistas se mostravam surpresos diante do aumento das ocorrências de delitos em tais locais, pois aí haveria uma “presunção” de “um policiamento mais denso e mais ativo” (*Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, p.2). Tais regiões se caracterizavam por serem áreas onde circulavam muitas pessoas, já que aí se concentravam as atividades comerciais e bancárias da cidade: “Os ladrões palmilham os pontos mais movimentados da cidade, afrontando a gente honesta” (*Correio da Manhã*, 8/07/ 1920, p. 3).

¹² A historiadora Sandra Pesavento (2004), ao analisar fontes jornalísticas (e policiais) sobre os crimes em Porto Alegre no final do século XIX, também chama atenção que os jornais (e a polícia) tentavam demonstrar uma geografia mais alargada das práticas criminais na cidade.

6

No que se refere aos bairros nobres localizados na região sul (Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, Catete) e na Tijuca (região norte), os jornalistas também se mostravam surpresos diante dos crimes aí ocorridos, pois eram áreas onde seus moradores tinham supostamente condições materiais para ter mais segurança, por meio da vigilância da guarda noturna. Não é à toa que chamavam esses bairros de “elegantes” e “aristocráticos”: “Tijuca, o pitoresco e aristocrático arrabalde do Rio de Janeiro, ainda não esquecido da emocionante tragédia que vitimou (*sic*) teatro de um hediondo e aviltante crime, praticado à plena luz meridiana” (*Correio da Manhã*, 11/07/ 1906, p. 2).

No caso mais específico da região sul, as reportagens policiais pareciam assinalar também que, mesmo a região tendo passado por um processo de embelezamento e ajardinamento em função das reformas urbanas implementadas, a área vinha sofrendo um número crescente de crimes:

O Largo do Machado (Catete), que a Prefeitura embelezou para o recreio das famílias, está graças à desídia da polícia transformado em foco de desordens e assassinatos. A fina flor da gente da navalha e do punhal ali se reúne provocando distúrbios, intimidando os moradores e amedrontando os transeuntes (Correio da Manhã, 7/11/ 1909, p. 4).

Dessa forma, tanto no que tange ao centro da cidade quanto aos bairros nobres, via-se as ocorrências de crimes nestes locais como um fenômeno anormal, pois fugia à pretensa ideia de que eram lugares seguros. “O mais escandaloso de tudo que se tem registrado de anormal é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, onde se presumia que havia, pelo menos, um policiamento mais denso e mais ativo” (*Gazeta de Notícias*, 25/10/ 1909, p. 2).

Os jornalistas, ao noticiarem os crimes ocorridos nessas áreas da cidade, ressaltavam que as práticas delituosas infringiam os direitos à vida e à propriedade dos habitantes/transeuntes dessas localidades. Colocando-se como defensores da ordem e da cidadania, ao se auto-proclamarem como intermediários entre o público leitor- que reclamava por segurança pública- e o poder público (BARBOSA, 2007), os repórteres de crimes cobravam da polícia/autoridades governamentais a garantia dos direitos à segurança da população que habitava/transitava nas áreas centrais e nos bairros nobres: “Que a polícia

7

percorra as nossas avenidas, praças e ruas elegantemente traçadas e ajardinadas, fazendo a necessária limpeza, para que (...) nelas se transite livre e (...) sem receio de um assalto à bolsa, sem que a nossa vida corra iminente perigo” (*Correio da Manhã*, 12/03/1913, p. 2).

Se com relação aos bairros nobres e às zonas centrais da cidade, os repórteres consideravam que naquele início do século XX a criminalidade era um fenômeno anormal, no que se referia aos bairros da zona portuária (Saúde, Santo Cristo e Gamboa) veiculavam imagens bem diferentes sobre os crimes aí ocorridos. Como chegamos a comentar anteriormente, alegavam que tais áreas eram lugares tradicionais do crime. Pela leitura das reportagens policiais, é possível perceber que, na perspectiva dos jornalistas, isso se devia a dois motivos diferentes que poderiam ou não estar articulados entre si. Muitos profissionais da imprensa assinalavam que um desses motivos dizia a respeito ao fato de, segundo eles, os bairros da zona portuária serem lugares naturalmente perigosos: “A Saúde, o mais famoso bairro onde existem os mais afamados e temíveis desordeiros, ontem forneceu a nota para o noticiário dos jornais” (*Gazeta de Notícias*, 17/12/1909, p. 4).

Não é à toa que nas reportagens dos jornalistas que defendiam tal perspectiva, vinculava-se diretamente o termo “larápio” ou os apelidos de gatunos conhecidos aos bairros da zona portuária. Expressões como “os ladrões da Saúde” e “Manduca da Gamboa” (*Correio da Manhã*, 8/11/1915, p. 5; 13/02/1910, p.5) são exemplos disso. A criminalização imputada a tais bairros pode ser explicada pelo fato desses locais acolherem um grande número de trabalhadores – dentre os quais estivadores e os marítimos (MATTOS, 2008) – numa época em que os referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista, ainda estavam fortemente presentes na sociedade (ENGEL, 2004).

As imagens estigmatizantes que associavam os bairros da zona portuária a uma zona perigosa pareciam mesmo ter permanecido nos discursos dos jornalistas para além do início do século XX. Um jornalista-memorialista na década de 30, ao se referir ao bairro da Saúde do período da Primeira República, alegava que o lugar era naturalmente habitado por valentes que eram cabos eleitorais/capangas de políticos da cidade:

Na Saúde vicejaram as mais preciosas flores desse jardim. Gente da estirpe de Bulldog, Galeguinho, Sapateirinho, Zé Moleque, Gabiroba, Corneta Girar, como em outras bandas, Zé do Senado, Pernambuco, vários Baianos, vários Cabeleiras, vários Mulatinhos, muitos outros iguais estiveram sempre a serviço dos políticos

de profissão. Não havia destes nenhum chefe de paróquia, que, nos dias de eleição, não levasse de reboque uma malta de tal gente. Quiséssemos nós, e encheríamos páginas com episódios sangrentos desses dias, em que o cidadão deveria exercer o seu dever cívico. Cabo Malaquias foi capanga-mestre de um político que se celebrizou não só pelos grandes e nunca negados talentos como por conhecer, ele próprio, a arte de dar cabeçadas e passar rasteiras.... Desse grupo eram “Cardosinho” e “Gaguinho”, ambos tipos perfeitos de criminosos. Ainda há muitos anos, residia na Saúde e era aí estabelecido um indivíduo, sobre o qual a polícia mantinha permanente vigilância, do qual dependeu a vitória eleitoral de determinado político. Quem ficasse com os livros vencias as eleições. Era assim que a ‘soberania popular’ se manifestava. A legenda era ‘ou voto ou tiro’. Mas tudo isso acabou. Era no tempo do ‘Camisa Preta’...(CRUZ, 1941: 50).

O jornalista acima associava o bairro da Saúde aos crimes sangrentos promovidos pelos valentes da localidade e aos tempos de eleições na Primeira República. As reportagens policiais do início do século XX também associavam o bairro aos crimes de sangue, já que o chamavam de “bairro vermelho”: “(...) Os valentes vinham dando à Saúde, o bairro comercial dos trapiches, a denominação de bairro vermelho, tanto o sangue que corria ali” (*Gazeta de Notícias*, 13/02/1910, p. 2).

No entanto, as reportagens policiais não associavam de forma explícita os crimes sangrentos do bairro às eleições. Tal associação parecia ser dada de forma implícita, já que tais delitos eram especialmente veiculados em tempos eleitorais, como ocorreu nas eleições municipais de 1909: “Volta a Saúde, o perigoso bairro, a ensangüentar-se quase que diariamente” (*Correio da Manhã*, 17/12/ 1909, p.2).

O famoso cronista da cidade João do Rio¹³, por seu turno, embora não fizesse nenhuma correlação entre os crimes de sangue na Saúde e as eleições, ao comentar um assassinato ocorrido na área, também não deixava de criminalizar o bairro, ao considerar que o referido

¹³ Segundo nos informa Magali Engel (2004 :2), João do Rio (1881-1921) era “filho do professor de matemática Alfredo Coelho Barreto e de Florência Cristóvão dos Santos Barreto – mulata, filha do médico Dr. Joaquim C. dos Santos. João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto foi aluno do colégio do Mosteiro de São Bento e, a partir de 1896, do ginásio Nacional. Tornou-se um jornalista bastante conhecido – atuando na grande imprensa carioca – e um escritor de sucesso, tendo quase todos os seus livros publicados pela Garnier, a mais poderosa editora da época”.

9

crime era: “um exemplo comum da influência do bairro”; “bairro rubro, cuja história sombria passa através dos anos encharcada de sangue”(RIO , 1909).

Um repórter de polícia, ao comentar sobre a suposta periculosidade do bairro, parecia querer explicar por que a Saúde era, em sua visão, um lugar perigoso:

Ainda o bairro da Saúde a nos dar o noticiário do crime. Bairro célebre pelas ruas escuras, pelos becos escuros e pela população mesclada, é a Saúde ainda o perigo iminente para o incauto que ousa atravessá-lo à noite (Gazeta de Notícias, 20/02/ 1905, p. 1).

O jornalista acima parecia querer apontar dois motivos pelos quais o bairro da Saúde era um lugar perigoso. Primeiro, pelo fato de ser uma região escura, que sugere o risco de assaltos à noite (FAUSTO, 2001). Em segundo lugar, o repórter parecia querer sugerir a ideia de que o germe da criminalidade do bairro da Saúde seria a mestiçagem de sua população. Ele parecia expressar perspectivas negativas sobre a mestiçagem, alimentadas também por uma parte da opinião pública, sobretudo até 1900. Esta considerava que a mestiçagem era um resultado degenerativo da “mistura das raças” para a constituição da população brasileira, onde o elemento negro dominaria, relegando o país definitivamente aos mais baixos degraus na escala da evolução (GUIMARÃES, 2006: 4).

Em meio a tais perspectivas negativas sobre mestiçagem e negritude, os jornalistas buscavam associar de forma intrínseca a cor da pele dos criminosos ao bairro da Saúde, região esta habitada predominantemente por negros. “Caboclinho da Saúde” e “Prata Preta da Saúde” (*Correio da Manhã*, 14/06/ 1915, p. 3; 12/06/1907, p. 4) são alguns exemplos dessa associação. Assim, a representação do crime obedecia aos padrões de referência valorativos de uma sociedade recém-egressa do escravismo (PESAVENTO, 2004) e que naturalizava a criminalidade dos negros e mestiços. As notícias de crimes veiculavam aí uma linguagem da “alteridade condenada”¹⁴ que delimitava a exclusão social e discriminação social/racial para designar a região e seus habitantes.

¹⁴ Esta expressão foi empregada por Sandra Pesavento (1999) ao analisar a especificidade do vocabulário de estigmatização urbana em Porto Alegre para designar certos lugares, personagens e práticas sociais a partir de fins do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX.

10

Assim como a Saúde, Santo Cristo e Gamboa eram retratados como lugares habitados por “perigosos degenerados” e “ociosos” que estariam condenados a praticar atividades criminais e furtivas como meio de se prover sem ter que trabalhar¹⁵ e/ou como meio de saciar seus “instintos sanguinários” (*Correio da Manhã*, 17/07/1911, p. 2). Segundo muitos repórteres esses três bairros eram lugares tradicionais do crime devido não apenas por serem territórios habitados pelas “classes perigosas”, como também porque a polícia aí “nunca” teria feito um eficaz serviço de policiamento. Esses profissionais da imprensa alegavam que os criminosos “sempre” encontravam nestes locais “um centro de operações magnífico, por ser quase sempre certa a sua impunidade” (*Jornal do Brasil*, 13/07/1916, p. 9):

Os ladrões, que diariamente vão aumentando em número e audácia, sempre tiveram nos bairros da Saúde, Santo Cristo etc. um centro de operações magnífico, por ser quase sempre certa a impunidade. Ou porque a polícia seja impotente para dar-lhes caça, ou porque lhes dispense mesmo uma certa proteção, a verdade é que naquelas regiões eles agem livre e desassombradamente (Jornal do Brasil, 13/07/1916, p. 9).

Outros jornalistas retratavam os bairros da zona portuária não como espaços naturalmente perigosos, mas sim apenas como lugares onde o serviço de policiamento era e “sempre” fora deficiente. Os repórteres de crimes que apresentavam tal perspectiva, pareciam fazer questão de mencionar que os moradores dessas localidades eram as vítimas dos criminosos e não os alvos do crime: “A pobre criança (moradora do bairro da Saúde) foi vítima de um bárbaro e revoltante assassinato de que foi autor o “Dente de Ouro”, o perigoso desordeiro tão conhecido da nossa polícia, infelizmente, longe dos reparos da polícia” (*Gazeta de Notícias*, 2/03/1910, p. 5).

Muito diferentes daqueles jornalistas que associavam as referidas áreas aos territórios das “classes perigosas”, os próprios títulos de suas matérias colocavam os bairros da zona portuária como objetos da ação criminal, e não como sujeitos da mesma. “Tentativa de assassinato na Saúde”. “O sacrifício de uma criança: bárbaro assassinato na Saúde”. “

¹⁵ Sobre os trabalhos acadêmicos que analisam as relações entre ociosidade e crime estabelecidas pela imprensa da época, ver os seguintes estudos, entre outros: (BERNARDI, 2000; MATTOS, 2008 e 2010).

11

Assassinato a tiro na Saúde” (*Gazeta de Notícias*, 2/05/ 1910,p. 5; *Gazeta de Notícias*, 2/03/1910, p. 5; *Correio da Manhã*, 13/11/1909, p. 2).

Uma outra área vista como um lugar tradicional do crime eram os subúrbios (Cascadura, Madureira, Realengo, Piedade, entre outras freguesias). Os subúrbios eram definidos nas reportagens policiais de início do século XX como áreas populosas, extensas e situadas distantes do Centro.

Nestas publicações, passava-se aí ideia de que na zona suburbana havia um “punhado de assaltos, desde a galinha surrupiada por um gatuno vagabundo, ao assalto mais audacioso levado a efeito pelo ladrão hábil, profissional”(*Correio da Manhã*, 30/03/ 1919,p. 3). Os jornais pareciam mesmo veicular uma visão hiperbólica da criminalidade na área:

Infelizmente, voltam a ter a conhecida os assaltos à propriedade na Zona suburbana.

Parece que em cada canto de localidade há um valhacouto de gatunos, opera uma quadrilha, existe uma aldeia com todos os matadores de amigos do alheio.

Cascadura, zona do 20º. Distrito Federal, vem sendo ultimamente o campo escolhido para a prática das façanhas de ladroagem ousada.

A seguir está a zona do 19º. Distrito, Engenho Novo para cima, onde os assaltos tem sido contínuos, desde a escalada a quintais, limpa de galinheiros até ataque na via pública, a horas mortas (...) (*Jornal do Brasil*, 8/02/ 1910, p. 6).

O subúrbio podia ser representado como o “refúgio dos malfeitores do centro da capital” (*Jornal do Brasil*, 3/11/ 1908,p. 5). Possivelmente essa definição pejorativa de subúrbio fizesse referência à migração dos populares pobres – vistos aí como malfeitores – para a região em meio à expulsão dos mesmos do centro da cidade na época de Pereira Passos. Muitos jornalistas alegavam que os subúrbios eram lugares tradicionais do crime porque os consideravam como territórios das “classes perigosas”, habitados por “pretos malandros” e “viciosos sem profissão” (*Jornal do Brasil*, 3/11/1908, p. 5; 27/11/ 1911, p. 8). Inclusive, em alguns dos títulos das matérias policiais que defendiam essa ideia, vinculava-se diretamente o termo “ladrão” à palavra “suburbano”/ “subúrbios”. (“ Ladrões suburbanos”, *Correio da Manhã*, 8/11/ 1913, p. 3; “ ladrões dos subúrbios”, *Gazeta de Notícias*, 28/02/1904, p.4).

12

Contudo, muitos repórteres consideravam que os subúrbios eram espaços tradicionais do crime não somente devido a essa ideia de periculosidade de seus moradores, mas também porque eram áreas que, na perspectiva desses noticiaristas, “sempre” foram e continuavam sendo “despolicadas” devido à grande extensão do seu território¹⁶, como mostra a seguinte notícia: “A polícia é impotente para reprimi-los (os roubos e furtos) em vista da falta de praças para o policiamento de uma zona (Cascadura) tão vasta” (*Jornal do Brasil*, 6/07/1905, p. 2).

Outros jornalistas também assinalavam que tais lugares “sempre” foram e continuavam sendo “despolicados”, mas não os vinculavam aos territórios das “classes perigosas”. Muito pelo contrário. Retratavam tais áreas como lugares habitados por “trabalhadores honestos”, “famílias honradas” e “pessoas ordeiras” que eram vítimas da ação dos criminosos (*Jornal do Brasil*, 11/07/1917, p. 3). Os repórteres que defendiam essa idéia, não representavam os subúrbios como sujeitos da ação criminal, mas sim como objetos da mesma, vide pelos muitos dos títulos que publicaram em suas matérias: “ Os ladrões nos subúrbios”. “ Os roubos continuam nos subúrbios” (*Gazeta de Notícias*, 18/03/1913, 3; *Gazeta de Notícias*, 10/10/1916, p. 3; *Jornal do Brasil*, 22/03/1920, p. 7).

Tanto no que se referia a essas áreas quanto aos bairros da zona portuária, estes diferentes lugares constituíram, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, objetos de verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990) entre os jornalistas policiais. Os profissionais da imprensa produziam essas representações, em meio aos desafios de seu tempo. Por um lado, muitos repórteres pareciam lidar, no contexto de fim da escravidão, com os referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista, e com a preocupação dos políticos e policiais com os ociosos (ENGEL, 2004 ; PORTO, 2003). Neste sentido, tanto as representações que produziam sobre os subúrbios quanto as imagens que construía acerca dos bairros da zona portuária, pareciam funcionar como instrumentos de controle e dominação social sobre os populares dessas localidades, no sentido de adequá-los ao trabalho assalariado durante a instauração da ordem capitalista no Brasil. Ao construírem a imagem de que tais lugares eram territórios das “classes perigosas”, os jornalistas advogavam a idéia de que esses espaços deveriam ser monitorados pela polícia: “ (...) Vivem

¹⁶ Não vamos aqui fazer uma análise pormenorizada das representações construídas sobre as diferentes áreas dos subúrbios, mas sim um exame conjunto dessas representações, pois as suas diferentes freguesias eram retratadas de forma muito semelhante entre si.

13

(na Gamboa) os desocupados que matam o tempo em que nada tem que fazer, perturbando a paz dos inofensivos (...) A Gamboa é, pois, um desses bairros para os quais nunca será justificável um descuido no policiamento” (*Correio da Manhã*, 18/03/1920, 2, *apud* MATTOS, 2008: 209). Assim, muitos jornalistas policiais pareciam agir e construir aí suas concepções sobre os bairros da zona portuária e subúrbios de forma a servir à própria estrutura de poder, em nome da disciplina social. Por esta perspectiva, não se reconhecia que muitos habitantes dessas áreas possivelmente precisassem de segurança, já que certamente também eram alvos da ação de criminosos e gatunos.

Por outro lado, vários outros jornalistas reconheciam os direitos de vida e de propriedade dos moradores dessas localidades, em meio a uma época em que os trabalhadores lutavam avidamente por seus direitos ou por aquilo que consideravam seus direitos!¹⁷ Não por acaso tais repórteres cobravam da polícia/autoridades governamentais a garantia dos direitos da população dos subúrbios e dos bairros da zona portuária à segurança pública (*Jornal do Brasil*, 8/02/ 1910, p. 6). Um jornalista ao salientar, por exemplo, que vários bandidos infestavam uma localidade do subúrbio (D. Clara), afirmavam que seus habitantes não recebiam “o menor benefício dos poderes constituídos”. E continuava o repórter: “ Que seja este o toque de rebate executado pelo *Jornal do Brasil*, no intuito de fazer com que as autoridades municipais e federais despertem da (sua) condenável letargia (...)” (*Jornal do Brasil*, 15/07/1915,p. 6).

Pode-se dizer, assim, que as representações produzidas nos jornais sobre os subúrbios e os bairros da zona portuária podiam também funcionar como instrumentos de luta pela garantia dos direitos dos habitantes dessas áreas- assim como dos moradores dos mais variados lugares do Rio de Janeiro- à segurança pública. Logo, havia também muitos repórteres que pareciam agir e construir suas visões acerca das referidas localidades de forma a questionar a própria estrutura de poder, em prol do interesse público e dos direitos dos cidadãos.

Essas ambiguidades em torno dos direitos presentes na imprensa faziam parte de um processo tenso de disputas decorrentes de um período rico em projetos, experimentos, acomodações e tensões inerentes a um processo de construção da nação – e da nação

¹⁷ Sobre as reivindicações dos trabalhadores por seus direitos via imprensa e judiciário, ver os seguintes trabalhos, entre outros: (SILVA, 1988; RIBEIRO, 2009).

14

republicana – no Brasil (DUTRA, 2005). Por um lado, como lembram as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu (2009), diversos estudos têm demonstrado que a Primeira República esteve “repleta de exemplos de intelectuais e políticos que, numa conjuntura marcada pelas disputas em torno dos direitos dos recém-libertos e dos trabalhadores de uma forma geral, investiram na construção de uma nação com traços europeizantes e condenaram –até mesmo pela força – o Brasil mestiço, africano, negro e popular” (GOMES & ABREU, 2009: 10). Castro Gomes e Abreu chamam atenção que, como a cultura durante a Primeira República – e em qualquer período histórico – “é um campo aberto a conflitos e disputas políticas” (GOMES & ABREU, 2009: 11) também houve nesse período muitos intelectuais e diversos outros agentes sociais que estiveram interessados na valorização dos costumes populares e identidades negras e brasileiras. Além disso, muitos intelectuais estiveram interessados no reconhecimento dos direitos civis da classe trabalhadora (COUTINHO, 2006). O período foi marcado ainda, entre outros aspectos, por intensas demandas da população para que o direito à segurança pública fosse garantido (SILVA, 1988).

Em meio a esses debates e disputas em torno da nação e dos direitos, certamente os próprios jornalistas experimentavam a construção da nação – e da nação republicana – de forma diversa, uma vez que eram integrantes da sociedade na qual se debruçavam. O próprio jornalismo é um campo de forças; um campo no qual há conflitos, concorrências e hostilidades, como diz o sociólogo Pierre Bourdieu (1997).¹⁸ Por isso, os jornalistas no início do século XX tentavam impor suas próprias concepções acerca das diferentes áreas do Rio de Janeiro no que se referia à questão criminal, de acordo com seus interesses, posições políticas e convicções.

Como podemos notar ao longo deste estudo, as representações que construía sobre a geografia da criminalidade nos diferentes espaços da cidade, evidenciavam diversos debates e questões de seu tempo, tais como a ociosidade, pobreza, cidadania, as relações raciais, o avanço da civilização e as deficiências no policiamento. A imprensa e seus jornalistas pareciam mesmo estar preocupados com os novos tempos, com o crescimento urbano, com

¹⁸ Segundo este sociólogo (1997: 30- 57), um campo, seja ele jornalístico ou não, “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço”. Campo este que é também um “campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”. “Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.”

15

as transformações da modernidade e com o futuro da República. Não parece ser à toa que a expressão “paraíso dos ladrões” fosse repetidamente veiculada nas reportagens policiais da época.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, André. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio – ago., 2003.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo: Annablume, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.

CRUZ, Henrique Dias. *Os morros cariocas no Novo Regime – notas de reportagem*, 1941.

DIDIER, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronista e poeta*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1904-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

16

ENGEL, Magali. “Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio”, Rio de Janeiro: *Tempo*, n. 17, pp. 53-78, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro & Abreu, Martha. “A nova “velha” República”: um pouco de história e historiografia”. Vol. 13, n. 26, *Revista Tempo*, jan. 2009.

GRUNER, Clóvis. “Em torno à “boa ciência”: debates jurídicos e a questão penitenciária na imprensa (1901-1909)”. *Revista de História Regional* 8(1), 2003.

GUIMARÃES, Valéria. “Notícias diversas: apontamentos para a história do *Fait divers* no Brasil”, *Revista PJ: Br-Jornalismo brasileiro*, Ed. 07, 2006.

MATTOS, Rômulo. “Discurso sobre as favelas na imprensa do período das reformas urbanas”, Vassouras, *Revista de Mestrado em História, Dossiê Imprensa*, v.12, n. 2, p. 51-72, jul./dez., 2010.

_____. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Niterói: Tese de Doutorado, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “ “O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Niterói: UFF, Tese de doutorado, História, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXX, n. 2, 2004, pp. 27-37.

_____. “Lugares malditos: cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, São Paulo, 1999, pp. 195-216.

17

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de fôrma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado, História, UNICAMP, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina “Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”. *Revista Tempo*, vol. 13, n. 26, Rio de Janeiro, 2009.

RIO, João do. *Cinematógrafo*, 1909.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VELLOSO, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.